

GOTAS D'ÁGUA, RIOS DE DINHEIRO

Prof. Dr. José Santino de Assis*

Pesquisador do Laboratório de Fitogeografia Aplicada (LABFIT)

Maceió-Alagoas, 2007

Mais uma semana da água, com repetição de discursos, denúncias, palestras e desfiles de autoridades alheias à gravidade do problema. Não se tem notícias de aumentos da vazão dos rios. Eles vão se esgotando, se evaporando. Sobram discussões. Faltam ações de resgate. Os meios para a "revitalização" existem, mas não são aplicados. A inoperância passa pelo insensato ignorantismo da participação da cobertura vegetal nativa.

Sabe-se que o desmatamento generalizado é a primeira causa do desaguamento. É impossível se ter água naturalmente pura dissociada de vegetação original. Uma não vive sem a existência da outra. E nós, ao lado dos demais seres vivos do Planeta, perecemos juntos. No Brasil, ao contrário, pratica-se a separação entre ambas. O exemplo são os dois opulentos programas: o dos Recursos Hídricos (Lei 9.433 01/1997) e o Nacional de Florestas (Decreto 3.420 04/2000), que são ávidos na exploração predatória dos recursos e na econômica do "usuário". Logo será criado o Programa do Oxigênio, que taxará o ar, igualmente vital, que respiramos.

O primeiro desses programas atua na elaboração de insólitos Planos Diretores e de calhamaços Relatórios Técnicos de fartas burocracias e concorridas reuniões. Planos que são encarregados de converter as escassas gotas d'água dos rios em gananciosos produtos de caixa. Impedindo, assim, o sagrado uso pela população. Ai de quem não puder pagar! Quem é do semiárido nordestino padece à espera das catastróficas chuvas.

O segundo serve-se do mesmo formato, mas acrescido da destruição da vegetação nativa. Não vincula a água que ela produz e equilibra o ambiente. Visa-se apenas o volume da fitomassa e dos metros esteres por hectare que podem render fortunas para as madeireiras e para as carvoarias. Crimes ambientais ignominiosos omitidos pela legislação falha e entidades coniventes. Tal como o recentemente exibido pela TV Gazeta de Alagoas, em reprodução da TV Globo, sobre a Serra das Confusões, lá no sudeste do Estado Piauí, beneficiam única e exclusivamente o grande lucro. Pois é sabido que aquela floresta é uma das relíquias paleoambientais originadas em condições de clima igual ao da Amazônia de hoje. No atual estágio de semiaridez não mais haverá regeneração nos moldes originais. Ao contrário, promove a desertificação em larga escala. Inclusive do imenso lençol aquático subterrâneo da bacia do Rio Gurguéia que ela abastece.

Em Alagoas os fatos se repetem. Mas com a diferença para pior. Pois não existe um setor responsável pelos estudos da vegetação voltados para o planejamento ambiental associado ao manejo das bacias hidrográficas. Tanto que os Planos Diretores alagoanos listam apenas algumas espécies botânicas, que é uma ínfima parcela do todo: o Zoneamento Fitoambiental. Seria preciso promover um curso preparatório para profissionais atuantes nessa especialidade. No mesmo momento em que a Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, mudaria para Recursos Hídricos e Vegetacionais. Na incumbência de fazer o adequado ajuste dos Planos e executá-los em seguida.

(*) É Geógrafo Doutor em Organização do Espaço. Atuante no Zoneamento e na Análise Geofitoambiental para o Planejamento Territorial.